

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

1. Contexto operacional

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A (“Companhia”), é uma Sociedade Anônima domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Companhia possui capital aberto desde 1980.

A Companhia tem por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Sociedade declara que procedeu à revisão, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao 4º trimestre de 2013, e com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, encaminhando, em seguida, para o Conselho de Administração, que autorizou a sua emissão em 27 de março de 2015.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se de outra forma mencionado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto de outra forma mencionado.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1 Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido de rendimentos e encargos incorridos, os quais se aproximam do seu valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados em:

a) Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

A Administração entende que ativos e passivos financeiros demonstrados estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo.

Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que

estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com sua finalidade em (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

3.2. Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2014	31/12/2013
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

3.3. Imobilizado

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota Explicativa nº11.

3.4. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software;

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.6. Instrumentos financeiros passivos

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

Impostos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro real nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

3.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 20.

3.9. Reconhecimento de receita

A mensuração das receitas está registrada através do método da proporção do serviço.

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.11. Dividendos propostos

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na Nota Explicativa nº 17.

3.12. Demonstração do fluxo de caixa - DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 07) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo CPC.

3.13. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Companhia durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.14. Novas normas, alterações e interpretações de normas.

3.14.1 Tópicos cujas normas e interpretações são válidas a partir de 1º de janeiro de 2013

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, não aplicáveis em 2012 e que entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, conforme a seguir:

- CPC 18 (R2) / IAS 28 (IASB - BV 2012)

Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 18 é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

- CPC 46 / IFRS 13 (IASB - BV - 2012)

Mensuração do Valor Justo

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 46 é: (a) definir valor justo; (b) estabelecer em um único Pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (c) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- CPC 36 (R3)/ IFRS 10 (IASB - BV - 2012)

Demonstrações Consolidadas

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

- CPC 45 / IFRS 12 (IASB - BV - 2012)

Divulgação de Participações em Outras Entidades

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 45 é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- CPC 19 (R2) / IFRS 11 (IASB - BV - 2012)

Negócios em conjunto

A revisão do CPC 19 contempla ainda a alteração de seu nome original CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) para CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013.

- CPC 33 (R1 / IAS 19 (IASB - BV - 2012)

Benefícios a Empregados

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 33 é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

3.14.2 Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2014

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva a partir de 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

3.14.3 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 - “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 38 - “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 15 - “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - “Receitas” e a IAS 11 - “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- IAS 27 - “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 10 e IAS 28 - em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

3.15. Pronunciamentos e interpretações adotadas a partir de 2013

Dos pronunciamentos listados acima, o único que impactou nas demonstrações contábeis da Companhia foi o Pronunciamento Técnico CPC 19, que define controle em conjunto e exige que a entidade que seja parte integrante de negócio em conjunto determine o tipo de negócio em conjunto com o qual está envolvida por meio de avaliação de seus direitos e obrigações e contabilize esses direitos e obrigações conforme esse tipo de negócio em conjunto.

- operação em conjunto (joint operation): negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A entidade celebra uma transação da qual ela reconhece o resultado decorrente dessa transação somente na extensão de suas participações.
- ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture): negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio tem direitos sobre os ativos líquidos relacionados ao negócio. A entidade reconhece o seu investimento no empreendimento através de método de equivalência patrimonial

A principal mudança deu-se nas demonstrações contábeis em seus negócios em conjunto listados abaixo, onde seus ativos e passivos que eram registrados em uma única rubrica proporcionalmente passaram a ser reconhecido em rubricas distintas, classificados como joint operation.

Negócio em Conjunto	Percentual
Consórcio SGP	34%
Consórcio PSG	33%
Consórcio Sondotécnica-Quanta-Engevix	45%
Consórcios Sondotécnica-Cobrape-CH2M	42%
Consórcio BR 101	20%
Consórcios Grupo Consultor 5	25%
Consórcios Projectus-Sondotécnica	33%
Consórcios Supervisor Linha Esmeralda	20%

Para os demais Consórcios vigentes a Companhia adota integralmente os preceitos constantes no Pronunciamento Técnico CPC 19.

3.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão complementadas abaixo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais do contas a receber.

Provisão para contingências

A administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista e cíveis.

3.17. Demonstrações consolidadas

As demonstrações consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2014	31/12/2013
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

Processo de consolidação

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre Companhias.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas Companhias consolidadas.

As demonstrações contábeis da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalente de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários, com liquidez imediata, ou seja, com vencimento menor de 90 dias.

Controladora			Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	9.594	10.038	Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	9.594	10.038
	9.594	10.038	Banco conta movimento - Moeda estrangeira	1.159	2.125
				10.753	12.163

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

5. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

Controladora			Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
Certificado de Depósito Bancário - CDB	455	455	Certificado de Depósito Bancário - CDB	455	455
Fundos de investimentos	23.069	41.637	Fundos de investimentos	26.277	44.643
	23.524	42.092		26.732	45.098

As aplicações em fundos de investimentos classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalente de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgates antes do vencimento contratado, a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como aumento da carga tributária.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo são títulos patrimoniais que, de outra maneira, seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e gerenciada pelo seu valor justo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

6. Clientes

O quadro abaixo demonstra os valores que as Companhias têm a receber oriundos dos serviços prestados:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Faturas a receber - nacional	16.487	17.574
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(955)	(1.046)
Outros contas a receber	95	101
	<u>15.627</u>	<u>16.629</u>
Circulante	15.532	16.528
Não circulante	95	101

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Faturas a receber - nacional	16.531	17.574
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(955)	(1.046)
Outros contas a receber	95	101
	<u>15.671</u>	<u>16.629</u>
Circulante	15.576	16.528
Não circulante	95	101

A composição da rubrica de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	6.338	4.558	6.338	4.558
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	519	3.192	519	3.192
De 31 a 60 dias	1.348	7.739	1.348	7.739
De 61 a 90 dias	6	742	-	742
Acima de 91 dias	8.276	1.343	8.326	1.343
	<u>16.487</u>	<u>17.574</u>	<u>16.531</u>	<u>17.574</u>

A movimentação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(1.753)	(1.753)
Adições	(1.046)	(1.046)
Baixa	1.753	1.753
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(1.046)	(1.046)
Adições	(285)	(285)
Baixa	376	376
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(955)	(955)

7. Outras Contas a Receber (Controladora e Consolidado)

O montante de R\$ 17.541 (R\$ 24.673 em 2013) registrados na rubrica de serviços a faturar, representa os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. A administração da Companhia resolveu efetuar constituição para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.659.

8. Impostos a Recuperar

Referem-se a valores de impostos Municipais e Federais retidos nas prestações de serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos Municipais	110	133	110	133
Impostos Federais	3.691	2.223	3.975	2.234
Impostos Federais - IR e CS	373	173	373	173
	<u>4.174</u>	<u>2.529</u>	<u>4.458</u>	<u>2.540</u>

9. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Banco Citibank S.A. - Ações Bonds	6.015	5.145	15.628	14.402
Banco Safra S.A. - Ações Bonds	3.156	2.602	3.156	2.660
Portugues - Bonds	-	-	69	-
	<u>9.171</u>	<u>7.747</u>	<u>18.853</u>	<u>17.062</u>

As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizadas, reconhecidos no patrimônio líquido.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Sondotécnica Tecnologia S.A	3.567	3.343	-	-
Sondotécnica Internacional Co	11.091	11.609	-	-
	<u>14.658</u>	<u>14.952</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

a) Mutação nos investimentos, em controladas/coligadas

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Em 31 de dezembro de 2013	3.343	11.609	14.952
Variação cambial	-	987	987
Ações Bônus	-	143	143
Equivalência patrimonial	224	(1.648)	(1.424)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>3.567</u>	<u>11.091</u>	<u>14.658</u>

Informações sobre as empresas controladas, com base nas demonstrações contábeis.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.
Capital social	3.282	9.976	3.282	9.976
Total de ações	3.282	4.900	3.282	4.900
Patrimônio líquido	3.591	11.091	3.368	11.609
Lucro (prejuízo) de 2014	230	(1.648)	25	(560)
% de participação	99,31%	100,00%	99,31%	100,00%

	31/12/2014		31/12/2013	
	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.
Equivalência patrimonial em 2014	224	(1.648)	13	(560)

11. Imobilizado

a) Imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2013	Em 31 de dezembro de 2014			Saldo líquido 31/12/2014
			Adições	Baixas	Depreciação	
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	170	2	-	(28)	144
Veículos	20%	144	216	(2)	(59)	299
Móveis e utensílios	10%	540	141	(3)	(98)	580
Aeronaves	10%	1.786	-	-	(265)	1.521
Equipamentos de informática	20%	880	143	(15)	(323)	685
		3.520	502	(20)	(773)	3.229

	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2012 Reapresentado	Em 31 de dezembro de 2013			Saldo líquido 31/12/2013
			Adições	Baixas	Depreciação	
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	169	46	(18)	(27)	170
Veículos	20%	211	-	-	(67)	144
Móveis e utensílios	10%	422	217	(11)	(88)	540
Aeronaves	10%	2.051	-	-	(265)	1.786
Equipamentos de informática	20%	910	589	(246)	(373)	880
		3.763	852	(257)	(820)	3.520

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

12. Intangível (Controladora e Consolidado)

Refere-se aos gastos com substituição de softwares e reestruturação da rede no valor de R\$568 em 2014 (R\$ 802 em 2013).

13. Fornecedores

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores		1.563	2.224	Fornecedores		1.584	2.243
		<u>1.563</u>	<u>2.224</u>			<u>1.584</u>	<u>2.243</u>

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a sub-empreiteiros.

14. Obrigações Fiscais

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
Impostos Municipais		1.926	2.161	Impostos Municipais		1.926	2.161
Provisão IRPJ e CSLL		10	71	Provisão IRPJ e CSLL		17	74
Impostos federais		6.950	7.010	Impostos federais		6.950	7.011
		<u>8.886</u>	<u>9.242</u>			<u>8.893</u>	<u>9.246</u>

15. Outras Contas a pagar (controladora)

O montante de R\$ 5.059 (R\$ 4.155 em 2013) registrado na rubrica de outras contas a pagar, referem-se basicamente à alugueis a pagar R\$ 480, honorários advocatícios R\$ 699 e diversos a pagar R\$ 3.880.

16. Parcelamentos de tributos (Controladora e Consolidado)

Refere-se à desistência da ação contra o Instituto Nacional da Previdência Social, pela adesão ao PAEX-Excepcional em Setembro de 2006, artigos, 1º e 8º, com saldo devedor de R\$ 932 (R\$ 1.346 em 2013), sendo R\$ 459, registrado no circulante e R\$ 473 no não circulante. As ações tributárias são suportadas por depósitos judiciais.

17. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O estatuto da Companhia prevê o pagamento de um dividendo obrigatório anual mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei nº 6.404/76, ou correspondente a 10% do capital social realizado, prevalecendo o que for maior. Em conformidade com a Lei nº 10.303/01, o estatuto foi alterado através de AGE realizada em 27 de fevereiro de 2003, passando a prever que as ações preferenciais terão direito a um dividendo pelo menos 10% superior ao que for destinado às ações ordinárias.

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
Dividendos		1.774	1.472			1.774	1.472
Juros sobre capital próprio		2.847	3.243			2.847	3.243
		<u>4.621</u>	<u>4.715</u>			<u>4.621</u>	<u>4.715</u>

18. Provisões Trabalhistas (Controladora e Consolidado)

O montante de R\$ 6.229 (R\$ 5.975 em 2013) registrado na rubrica de provisões trabalhistas, referem-se basicamente à provisões de férias e encargos no total de R\$ 5.354 e provisões de férias dos consórcios no total de R\$ 875.

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda - diferido	1.333	2.090	1.333	2.090
Contribuição social sobre o lucro - diferido	503	768	503	768
	<u>1.836</u>	<u>2.858</u>	<u>1.836</u>	<u>2.858</u>

20. Provisão para contingência (Controladora e consolidado)

A administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entendem que o saldo de R\$ 631 é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações trabalhistas e cíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	212	323	212	323
Cível	419	419	419	419
	<u>631</u>	<u>742</u>	<u>631</u>	<u>742</u>

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento em processos cíveis, trabalhista e tributário ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 1.084 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.317 em 31 de dezembro de 2013).

21. Receitas a realizar (Controladora e consolidado)

Valor registrado na rubrica de receitas a realizar no valor de R\$ 26 (R\$ 997 em 2013), refere-se a antecipação do contrato de prestação de serviços do Consórcio SCC com SEA.

22. Transações com partes relacionadas

A Companhia não mantém operações comerciais com partes relacionadas, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico.

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 esta representado por 856.000 ações ordinárias, 784.600 ações preferenciais classe “A” e 817.300 preferenciais classe “B”, todas sem valor nominal, e em 31 de dezembro de 2011 está representado por 856.000 ações ordinárias, 856.000 preferenciais classe “A” e 856.000 preferências classe “B”, sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

Em 30 de abril de 2013 foi aprovado em AGOE por unanimidade de votos, o aumento do capital, sem distribuição de novas ações, no valor de R\$ 17.100, mediante a capitalização de lucro e reservas, passando para R\$ 34.200. Por decisão da AGE de 10 de setembro de 2013, foram canceladas as ações da Companhia que se encontravam em tesouraria, 71.400 ações preferenciais classe A e 38.700 ações preferenciais classe B, sem redução do capital.

Ações em Tesouraria:

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sondotécnica. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Programa de recompra de ações:

A Companhia por meio da ata celebrada em 11 de setembro de 2013 aprova o programa de recompra de ações, conforme previsto no artigo 30 da Lei 6404/76, com objetivo de maximizar os valores aos acionistas, por meio de aquisição de ação para permanência em tesouraria, cancelamentos ou posterior alienação, sem redução de capital. Até a presente data houve a recompra de 21.400 ações PNA e 5.300 ações PNB, totalizando R\$ 1.048. Este programa de recompra de ações terá vigência 365 dias contados de 12 de junho de 2013 encerrando-se em 12 de junho de 2014.

23.2 Reservas de lucros

a) Para contingências:

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2014, foi efetuada reversão de R\$ 16.911 da reserva de contingências constituídas pelas AGO de 30 de abril de 2013 e constituída nova provisão no valor de R\$ 5.335 para manutenção de capital de giro.

b) Reserva legal:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, que totaliza, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 4.579, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei 6.404/76.

c) Lucro a disposição da assembleia:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva para Investimentos

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2014, foi efetuada a reversão da reserva de investimento no montante de R\$ 27.500, constituída na AGO de 2012, e não realizadas, e constituída nova no valor de R\$ 18.012, com a seguinte destinação, R\$ 2.512 para investimentos na migração tecnológica da área operacional, R\$ 14.500 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Companhia e R\$ 1.000 para investimento em companhias controladas e/ou coligada, ou ainda, na aquisição de outras empresas.

23.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial dos investimentos nas subsidiárias, Sondotécnica International Co. e dos investimentos não permanentes. Conforme Artigo 183, ítem I, da Lei 6.404/76, dispositivo ao qual o artigo 182, § 3º da referida lei.

24. Receita líquida de serviços (Controladora e Consolidado)

A reconciliação da receita bruta está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta				
Prestação de serviços e Medições	179.920	191.770	179.983	192.325
	179.920	191.770	179.983	192.325
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre serviços	(22.171)	(23.779)	(22.171)	(23.779)
Deduções e abatimentos	(354)	(277)	(354)	(277)
	(22.525)	(24.056)	(22.525)	(24.056)
Receita líquida de serviço	157.395	167.714	157.458	168.269

25. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo				
Mão de obra	54.561	52.074	54.561	52.074
Encargos trabalhista	19.240	18.192	19.240	18.192
Benefícios trabalhistas	5.822	6.042	5.822	6.042
Serviços prestados pessoa jurídica	41.887	37.806	41.887	37.806
	<u>121.510</u>	<u>114.114</u>	<u>121.510</u>	<u>114.114</u>
Despesas				
Mão de obra	7.861	6.469	7.861	6.469
Depreciação e amortização	1.082	1.114	1.082	1.114
Serviços prestados pessoa jurídica	7.189	5.218	9.447	5.220
Outros	12.210	10.064	10.832	10.735
	<u>28.342</u>	<u>22.865</u>	<u>29.222</u>	<u>23.538</u>

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita financeira				
Aplicações financeiras	5.933	6.318	6.666	6.447
	<u>5.933</u>	<u>6.318</u>	<u>6.666</u>	<u>6.447</u>
Despesas financeira				
Despesas bancárias	(124)	(261)	(156)	(263)
Juros e variação monetária	(768)	(101)	(541)	(124)
	<u>(892)</u>	<u>(362)</u>	<u>(697)</u>	<u>(387)</u>
	<u>5.041</u>	<u>5.956</u>	<u>5.969</u>	<u>6.060</u>

27. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real, em 31 de dezembro de 2014, do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

	Controladora		Consolidado	
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	9.584	33.192	9.693	33.176
Adições	9.702	57.571	9.840	57.612
Exclusão	(8.676)	(36.286)	(8.676)	(36.286)
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de Cálculo	10.610	54.477	10.857	54.502
Aliquota 15% IRPJ	1.592	8.172	1.629	8.175
Adicional 10% IRPJ	1.037	5.424	1.062	5.426
Aliquota 9% CSLL	955	4.903	977	4.905
Total provisão	3.583	18.498	3.667	18.507
Outros	(63)	(120)	(63)	(120)
Total Provisão Correntes	3.520	18.378	3.604	18.387

A partir do exercício de 2013 a Companhia passou adotar a sistemática de apuração do imposto de renda e da contribuição social pelo Lucro Real Anual.

A Medida Provisória nº 627, convertida na Lei nº 12.973/2014 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/2013 trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei nº 12.973/2014 entrarão em vigor, obrigatoriamente, a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de sua aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014, a qual deverá ser formalizada na Declaração de Débitos e Créditos Federais (DCTF), relativa à competência do mês de agosto de 2014. No entanto, a Administração entendeu que a aplicação antecipada dos efeitos das alterações para o ano-calendário de 2014 não traria qualquer benefício fiscal, e assim a Companhia não efetuou essa opção. Na nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adições Temporárias	4.007	50.648	4.007	50.648
Exclusão Temporárias	(6.945)	(35.214)	(6.945)	(35.214)
Base de Cálculo	(2.938)	15.434	(2.938)	15.434
Aliquota 15% IRPJ	(441)	2.315	(441)	2.315
Adicional 10% IRPJ	(318)	1.519	(318)	1.519
Aliquota 9% CSLL	(264)	1.389	(264)	1.389
Total Provisão Diferidos	(1.023)	5.224	(1.023)	5.224

28. Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, conforme detalhado abaixo.

	Lucro básico e diluído			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado líquido	10.087	13.090	10.087	13.090
Quantidade média ponderada de ações líquida de ações em tesouraria	2.431	2.431	2.431	2.431
Lucro por lote de mil ações	4,14910	5,38459	4,14910	5,38459

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxa de juros

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações com moeda estrangeiras referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado em notas explicativas, as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/”swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

30. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 31 de dezembro de 2014, e que o cenário possível e remoto considerou a variação de riscos de 25% a 50%, respectivamente.

Cenário Consolidado 31/12/2014			
	Provável	Possível	Remota
Variação de risco	0%	25%	50%
Caixa e banco movimento moeda nacional	9.594	2.399	4.797
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	1.159	290	580
Certificado de deposito bancário CDB	455	114	228
Fundo de investimentos diversos	26.277	6.569	13.139
Banco Citibank S A - ações bonds	15.628	3.907	7.814
Banco Safra S A - ações bonds	3.156	789	1.578
Portugues - bonds	69	17	35
	<u>56.338</u>	<u>14.085</u>	<u>28.169</u>

Cenário Consolidado 31/12/2013			
	Provável	Possível	Remota
Variação de risco	0%	25%	50%
Caixa e banco movimento moeda nacional	10.038	2.510	5.019
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	2.125	531	1.063
Certificado de deposito bancário CDB	455	114	228
Fundo de investimentos diversos	44.643	11.161	22.322
Banco Citibank S A - ações bonds	14.402	3.601	7.201
Banco Safra S A - ações bonds	2.660	665	1.330
	<u>74.323</u>	<u>18.581</u>	<u>37.162</u>

(i) Valor justo versus valor contábil

A administração entende que ativos e passivos financeiros estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	9.171	9.171	7.747	7.747
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
	<u>9.171</u>	<u>9.171</u>	<u>7.747</u>	<u>7.747</u>
	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	18.853	18.853	17.062	17.062
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	1.159	1.159	2.125	2.125
	<u>20.012</u>	<u>20.012</u>	<u>19.187</u>	<u>19.187</u>

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

O quadro abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando como método de avaliação, preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos idênticos, classificados como nível 1.

Saldos em 31 de dezembro de 2014

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	1.159
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	9.171	18.853
	<u>9.171</u>	<u>20.012</u>

Saldos em 31 de dezembro de 2013

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	2.125
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	7.747	17.062
	<u>7.747</u>	<u>19.187</u>

31. Remuneração dos administradores

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
a) Benefícios de curto prazo		
• Proventos	1.104	1.104
• Contribuição ao INSS	220	291
Total	<u>1.324</u>	<u>1.395</u>
b) Benefícios pós-emprego	Não possui	Não possui
c) Outros benefícios de longo prazo	Não possui	Não possui
d) Benefícios de rescisão de contrato	Não possui	Não possui
e) Remuneração baseada em ações	Não possui	Não possui

32. Seguros (Não Auditado)

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

<u>Ativo Segurado</u>	<u>Modalidades</u>	<u>Moeda</u>	<u>Valor Segurado</u>
Imobilizado	Incêndio	R\$	5.908
Imobilizado	Veículos	R\$	670
Imobilizado	Equipamentos	R\$	110

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

33. Eventos subsequente

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

* . * . *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Rotstein

Presidente
CPF 003.520.127-49

Cristina Coelho Madeira de
Freitas

Conselheira
CPF 665.812.147-87

Carolina Rotstein Schor

Conselheira
CPF 087.091.507-06

DIRETORIA

Jaime Rotstein

Presidente
CPF 003.520.127-49

Homero Valle de Menezes
Cortes

Diretor
CPF 241.098.357-04

Luiz Antonio M.
Santanna

Diretor
CPF 335.452.437-53

Fábio Bergman
Diretor
CPF 082.820.237-01

José Antonio Mazzoco
Diretor
CPF 694.078.608-25

Telma Regina Matias da Silva
Contadora
CRC-SP 208096/O-7 T-RJ

